ADIANDO O INEVITÁVEL

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A REFORMA da previdência, definitivamente, ficou para o próximo governo. Após insistir no tema durante meses a fio, o governo Temer jogou a toalha e decidiu não levá-lo adiante. Com isso, se encerra o ciclo de reformas constitucionais no governo de transição, iniciado a partir do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.

A despeito disso, deve ficar claro que o assunto deverá voltar à tona em breve e que o próximo governo (que se iniciará em 2019) fatalmente terá que lidar com essa questão. A reforma previdenciária será um dos primeiros temas a serem tratados pelo próximo presidente.

Apesar de alguns economistas alegarem de forma equivocada que o problema do déficit da previdência não existe, ele é uma realidade dura, que, no ano passado, totalizou R$ 182,4 bilhões. Ainda que parte deste déficit possa ser corrigida no médio prazo com a retomada da economia e a volta do emprego (o que levaria a um aumento das contribuições), a dinâmica das contas do sistema previdenciário é insustentável, comprometendo uma parcela cada vez maior dos gastos do Governo. Fatores como o envelhecimento da população e aumentos reais dados ao salário-mínimo (o que impacta diretamente o piso dos benefícios previdenciários) contribuíram para o agravamento de um sistema insustentável ao longo do tempo.

Não existe saída fácil ou atalhos para lidar de frente com a realidade e o problema que se mostra cada vez maior. Soluções como a cobrança dos devedores do INSS como argumento essencial para não realizar as reformas essenciais no sistema são irrealistas e, mesmo que fossem factíveis, cobririam apenas parte do déficit anual do sistema.

E, até o momento, foi colocada na mesa apenas a problemática relacionada ao sistema previdenciário do setor privado, sem que nada fosse dito sobre a previdência do setor público. Ainda que as reformas realizadas neste sistema na década passada tenham trazido algum alívio ao sistema em termos dinâmicos, este é extremamente deficitário atualmente e guarda gritantes distorções quando comparado ao sistema vigente no setor privado. Atacar privilégios focando nessas bandeiras pode ser um bom ponto de partida para o governo angariar apoio junto à sociedade para promover reformas nessa área.

Enquanto isso não ocorre, o País recebe mais um rebaixamento pelas agências de risco internacional. A última foi a Fitch, que, em fevereiro, rebaixou a nota brasileira para BB-, seguindo as agências Standard & Poor's e Moody's. Os rebaixamentos promovidos pelas agências são puro reflexo do quadro fiscal brasileiro atual, em que o desajuste das contas públicas é grave e as perspectivas de movimentos no sentido de um ajuste dinâmico em 2018 se tornaram nulas.

A reforma das previdências pública e privada é apenas o primeiro passo em um contexto mais amplo de reformas essenciais para o País avançar no século XXI. O setor público brasileiro como um todo mostra-se extremamente ineficiente em inúmeras áreas, oferecendo serviços de baixíssima qualidade à sociedade. A carga de impostos que recai sobre o cidadão brasileiro deveria ter

como contrapartida uma oferta de mais e melhores serviços públicos à população nas mais variadas esferas (saúde, educação etc.). Os resultados e as evidências revelam que isso não tem ocorrido, e se observam, sistematicamente, desperdícios e ineficiências em várias áreas do setor público. Nesse sentido, a base institucional sobre a qual se assenta o serviço público brasileiro impede quaisquer iniciativas no sentido de modernização e aumento de eficiência do setor. Com isso, mesmo com o aumento dos gastos públicos em diversas áreas, o retorno percebido pela sociedade tem sido recorrentemente baixo.

Sob essa perspectiva, promover reformas no sentido de dotar o setor público de maior eficiência é essencial no contexto da modernização da economia brasileira neste século. Não levar isso adiante é colocar o Brasil no mesmo compasso de crescimento dos últimos anos, condenando-nos, definitivamente, a termos um padrão de renda média em termos mundiais, com um acentuado grau de desigualdade. ■

SHUTTERSTOCK

